



17º CONGRESSO DO SINDSEF-SP APONTA NOVOS DESAFIOS

Págs. 04-05

GIRO PELAS ASSEMBLEIAS



SINDICATO DOS
TRABALHADORES NO
SERVIÇO PÚBLICO
FEDERAL DO ESTADO
DE SÃO PAULO

137

OUTUBRO 2012



Editorial

NOSSA FORÇA ESTÁ NA BASE!

Pág. 02

Conjuntura Nacional

**REFORMA DA PREVIDÊNCIA FOI
COMPRADA COM O MENSALÃO**

Pág. 03

Giro nos órgãos

IPEN, IBAMA/ICMBIO, INCRA E MTE

Págs. 06-07

Artigo

**DIREITO DE GREVE E ACORDO COLETIVO ESPECIAL
ESTARÃO NA PAUTA DO 17º CONGRESSO**

Pág. 08

www.sindsef-sp.org.br

Nossa força está na base!

Que lições podemos tirar da greve do funcionalismo federal de 2012? Talvez ainda não esteja suficientemente claro o tamanho da nossa vitória. Afinal de contas, alguns setores aceitaram a proposta de reajuste do governo, outros não. Mas é aí mesmo que reside o grande diferencial do movimento. Onde os trabalhadores aceitaram a proposta, o acordo foi firmado. Onde rejeitaram o índice de 15,8% em três anos, não houve acordo. A decisão foi da base!

Já vimos muitos acordos firmados sem consulta às bases em greves anteriores. Desta vez, os servidores mostraram sua força. Pressionaram as direções sindicais, mesmo as mais burocratizadas, a ir à luta e construir a greve unificada. E o resultado foi a derrota política do governo Dilma, que se viu pego de surpresa com um movimento forte, nacional, com ampla repercussão na mídia e que não se intimidou mesmo sob os mais duros ataques que se viram contra nossa categoria nos últimos anos. Sob pressão, o governo recuou do objetivo de congelar nossos salários e apresentou proposta de reajuste, ainda que insuficiente. A greve de 2012 foi o melhor exemplo da importância da organização de base.

Levaremos essa experiência para o 17º Congresso do Sindsef-SP. O fortalecimento da organização de base tem sido a prioridade do sindicato e vamos manter o foco nessa questão. As organizações da classe trabalhadora devem ser um instrumento para a luta e não balcões de negócios como temos visto em muitas entidades sindicais. E por que isso acontece? Porque essas entidades se burocratizaram, perderam o contato com os traba-

lhadores que deveriam representar e passaram a sobreviver do imposto sindical ou mesmo de recursos de origem duvidosa. No governo do PT, ainda se tornaram trampolins para a conquista de cargos no alto escalão do governo ou na diretoria de fundos de pensão. Temos orgulho de o Sindsef-SP ser um sindicato sustentado e dirigido exclusivamente pela base. Mas a luta contra a burocratização deve ser contínua. Não podemos nos acomodar, pois a acomodação também leva a desvios burocráticos.

Entendemos que ainda é preciso avançar na organização por locais de trabalho, ampliar o número de delegados sindicais de base, aumentar a participação nas assembleias e seguir renovando sempre. A greve é um momento importante, que possibilita uma experiência política de mobilização e democracia operária, por meio dos comandos de greve e assembleias. Mas a volta ao trabalho não pode significar a desmobilização da categoria. É importante aproveitar a experiência acumulada para avançar em outras formas de organização, seja pelas reivindicações salariais, seja por outras demandas específicas, como melhores condições de trabalho, e até por bandeiras mais gerais da classe trabalhadora. Até porque, a crise vem aí.

O Congresso é um momento de traçarmos as diretrizes políticas para o próximo período. Para isso, vamos fazer uma avaliação clara e franca com os delegados de base das lutas já travadas, para aprender com os acertos e não repetir os erros. Sempre apostando na nossa maior força: os trabalhadores que construíram este sindicato e que fazem a luta cotidiana contra a exploração!

PRESTAÇÃO DE CONTAS - AGOSTO 2012

SALDO INICIAL	R\$ 5.138,66
TOTAL DAS RECEITAS (Consignações dos filiados, pagto. empréstimos, aplicação da poupança etc.)	R\$ 187.431,63
DESPESAS	
ADMINISTRATIVO (Aluguel da sede e núcleo de Pirassununga, custas processuais, manutenção da sede, copa e limpeza, material de escritório etc.)	R\$ 25.429,81
FUNCIONÁRIOS (FGTS, salários, seguro saúde, INSS, V.R., V.T etc.)	R\$ 61.285,45
SINDICAL (Hospedagens, locação de veículos, viagens, reunião de diretoria, cursos/palestras, doações etc.)	R\$ 21.377,43
CONTRATOS / PRESTADORES DE SERVIÇOS (Contabilidade, Jurídico, informática, motoboy, vigia noturno etc.)	R\$ 33.755,86
IMPRENSA (Jornal, boletins, cartazes, faixas, assinatura Folha de São Paulo)	R\$ 5.817,90
CORREIOS (Envio de jornal, impresso especial etc.)	R\$ 4.299,19
CONTRIBUIÇÃO SINDICAL (CONDSEF CSP-Conlutas etc.)	R\$ 20.511,70
VEICULO (Seguro, prestação, combustível, pedágio, estacionamento etc.)	R\$ 5.328,78
TELEFONES (Celulares e Telefônica)	R\$ 4.981,63
TOTAL DAS DESPESAS	R\$ 182.787,75
RESULTADO RECEITAS (-) DESPESAS	R\$ 4.643,88
SALDO FINAL	R\$ 9.782,54

**FISCALIZE AS CONTAS DO SEU SINDICATO!
ESSE DINHEIRO TAMBÉM É SEU.**

ALERTA

Alguns e-mails enviados pelo Sindsef-SP estão sendo relacionados como SPAM e indo direto para lixeira. Tal problema foi identificado na Fundacentro. Solicitamos ao servidor que não estiver recebendo nossos e-mails que entre em contato com o sindicato através do e-mail imprensa@sindsef-sp.org.br e informe um endereço eletrônico alternativo. Recomendamos, também, que procure o setor de informática do órgão para solucionar o problema.

Expediente:

JORNAL DO SINDSEF-SP - Publicação mensal do Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Federal do Estado de São Paulo

Rua Capitão Cavalcanti, 102 - Vila Mariana - São Paulo - SP - CEP:04017-000 - Tel.:(11) 5085-1157 - Site: http://www.sindsef-sp.org.br - Facebook: sindsef-sp - e-mail: imprensa@sindsef-sp.org.br
 Jornalistas responsáveis Fábica Corrêa (MTB 31270/RJ) / Lara Tapety (MTE 1340/AL) - Estagiário: Felipe Nascimento - Colaborou para esta edição: Eliana Maciel
 Tiragem: 7.000 Exemplares - Projeto Gráfico / Diagramação: Lara Tapety - Impressão: Grafis Soluções Gráficas Ltda. - São Paulo / SP

Reforma da Previdência foi comprada com o mensalão

A Reforma da Previdência foi uma das votações mais polêmicas de todo o governo Lula, sendo alvo de manifestações e protestos por todo o país. O projeto, imposto pelo FMI, retirou direitos históricos dos trabalhadores para viabilizar o pagamento da dívida pública

Votada na Câmara numa madrugada de agosto de 2003, confirma-se agora o que os servidores já sabiam, foi em troca de dinheiro, comprando parlamentares de direita e da própria base governista. A aprovação aconteceu após uma manobra da liderança do governo no Congresso Nacional, que antecipou em um dia a votação em plenário. Assim, os governistas evitaram a pressão dos servidores que prepararam uma grande marcha nacional com a participação de mais de 70 mil manifestantes, mas que acabou por acontecer apenas no dia seguinte à aprovação da reforma. Mesmo assim, em torno de 5 mil servidores se enfrentaram com a polícia militar e os seguranças do congresso na porta do Anexo II da Câmara dos Deputados. A reforma foi aprovada abaixo de pancada, mas não sem resistência.

Reduziu benefícios previdenciários, pôs fim à aposentadoria integral, fixou idade mínima para servidores se aposentarem, acabou com a paridade entre ativos e aposentados, taxou aposentadorias e pensões e abriu caminho para a privatização da previdência, por meio dos fundos de pensão. A aprovação no ano passado do fundo de previdência complementar privado para servidores (Funpresp) foi consequência desta reforma.

Quando surgiram as primeiras denúncias do mensalão em 2005, a CSP-Conlutas (Central Sindical e Popular) chegou a apresentar um pedido à Procuradoria-Geral da República para que um processo, questionando a votação, fosse levado ao Supremo. Mas o pedido foi arquivado sob alegação de que não havia conclusão judicial sobre a compra de votos.

ESCÂNDALOS DE CORRUPÇÃO

A direção do PT teima em dizer que não houve mensalão, que há uma tentativa de golpe da direita contra Lula, que tudo se resumiu a caixa dois de campanha, como se isso também, caso fosse verdade, não fosse grave. A corrupção na política brasileira, porém, não é exclusiva do PT. Foram realizadas várias denúncias também nos governos do PSDB/DEM /PMDB, passando pelos processos de privatização encabeçados pelo ex-presidente FHC, pela compra de votos no Congresso Nacional para aprovar emenda constitucional que possibilitou sua reeleição. Hoje a existência do mensalão de Minas,

em torno das atividades do ex-governador Azeredo do PSDB e o fato de um dos condenados no julgamento do mensalão apoiar a candidatura do próprio Serra em São Paulo deixam claro que todos têm envolvimento.

O PT assimilou o que há de mais podre na política. Fernando Hadad, candidato a prefeito pelo PT em São Paulo, mantém relações com pessoas envolvidas em crimes de corrupção. Recebeu apoio de Maluf em troca da nomeação de um indicado para um alto cargo do Ministério das Cidades.

O mesmo raciocínio vale para os demais candidatos burgueses, como



Porém, o quadro agora é outro. O relator do julgamento do Mensalão, Ministro Joaquim Barbosa, afirmou em seu voto que a aprovação da Reforma da Previdência em 2003 foi garantida na base da compra do apoio dos parlamentares.

A maioria dos Ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) acompanhou o posicionamento de Barbosa, ou seja, a mais alta corte do país confirma a grave ilegalidade na aprovação da reforma.

O Ministro Celso de Mello chegou a questionar a validade dos atos aprovados pelos parlamentares que se venderam, sugerindo simplesmente a inconstitucionalidade de tais atos.

Então, se a reforma se deu em base a uma fraude, abre-se um forte caminho para ações judiciais que visem sua anulação. Porém, para que este processo seja vitorioso é necessário que seja acompanhado de forte mobilização popular.

Serra (PSDB), Chalita (PMDB), Russomano (PRTB), Paulinho da Força (PDT) e outros

A corrupção é favorecida pelo loteamento político dos órgãos, sobretudo nos cargos de direção de autarquias, fundações e outras entidades. Ocupados por políticos indicados pelos respectivos partidos, esses órgãos são usados como cabides de emprego e palanque eleitoral. São utilizados também para oferecer benefícios aos grupos empresariais que, em troca, financiam as campanhas eleitorais dos políticos donos dos cargos.

Dilma iniciou seu governo com

várias denúncias envolvendo ministros. Foi forçada a demitir 7 deles e fez a opinião pública acreditar que estava fazendo uma "faxina". Mas a verdade é que a corrupção nem de longe foi realmente enfrentada pelo governo e continua sangrando os cofres públicos.

É preciso repudiar as práticas corruptas que ocorreram no governo Lula, no atual governo, nos governos do PSDB, DEM, PMDB, PP, PR e companhia. O STF está frente ao desafio de condenar os envolvidos em corrupção no processo em curso do mensalão, mas também nos demais casos parados na justiça brasileira.

17º CONGRESSO DO SINDSEF-SP APONTA NOVOS DESAFIOS

Servidores de diversos órgãos elegeram delegados em assembleias nos locais de trabalho

O 17º Congresso do Sindsef-SP acontece nos dias 19, 20 e 21 de outubro, na Colônia de Férias dos Metalúrgicos de São José dos Campos, situado na Avenida Seis, 400 – Porto Novo – Caraguatuba – São Paulo

Muitas foram as lutas e atividades do último período. Agora está na hora de avaliá-las para seguir em frente. É preciso fazer o balanço, apontar as prioridades e os próximos desafios do sindicato e do conjunto dos servidores públicos. Estas serão as principais tarefas dos delegados eleitos na base do Sindsef-SP.

A proposta de programação do congresso trará debates sobre a conjuntura nacional e internacional, balanço do movimento dos servidores públicos federais, plano de lutas, organização do trabalho de base, avaliação da diretoria e combate às opressões.

CONJUNTURA NACIONAL E INTERNACIONAL

Os delegados irão debater os dois anos do mandato de Dilma Rousseff e as consequências da sua política para a vida dos servidores. Entre os pontos a serem abordados estão os cortes no orçamento, que aprofundam o sucateamento dos serviços públicos e que prejudicam a população de forma geral. Os recursos públicos estão sendo destinados ao pagamento dos juros da dívida e para beneficiar banqueiros e empresários.

Temos vistos os efeitos da crise na Europa, a retirada de direitos e a resistência heroica dos trabalhadores que tomam as ruas diariamente realizando greves e protestos. Um dos desafios deste debate será a preparação dos servidores para resistirem aos ataques que já estão se dando e que devem se aprofundar também aqui no Brasil.

MOVIMENTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS



Foto: Fábio Corrêa

O 17º Congresso também será um espaço importante para fazer o balanço da Campanha Salarial Unificada de 2012, que culminou na recente greve do funcionalismo, considerada a mais importante mobilização do setor dos últimos 10 anos.

A greve foi fruto da política apresentada pela CSP-Conlutas, que defendeu a necessidade de construir uma ampla unidade de ação com todos os setores do serviço público federal.

Ainda que as conquistas tenham sido aquém das reivindicações, o movimento conseguiu impor um grande desgaste ao governo Dilma, que queria congelar os salários, mas foi obrigado a negociar com os servidores.



Foto: Lara Tappey

ORGANIZAÇÃO DE BASE

Os debates do 17º Congresso do Sindsef-SP estão diretamente ligados ao tema do fortalecimento da organização do trabalho de base.

A marca predominante das organizações sindicais dos servidores públicos são os mecanismos de participação da base nas estruturas dos sindicatos e federações, o que não impede, porém, a sua burocratização. Essa situação é agravada pela política de cooptação das direções das entidades sindicais, implantada pelo governo. Com esta preocupação, o Sindsef-SP iniciou um importante debate sobre o combate à burocratização no sindicato. Vários passos foram dados, mas ainda é possível avançar muito. Isto só será possível, porém, se os trabalhadores estiverem organizados na base. Por isso, este tema será tratado com destaque durante o Congresso.

A organização nos locais de trabalho permitirá formar mais dirigentes a partir das lutas cotidianas, potencializando a capacidade de defesa dos direitos. Nos locais de trabalho, todos os dias

explodem inúmeros conflitos motivados pelos salários baixos, pela falta de condições de trabalho, pela falta de treinamentos, pela sobrecarga de tarefas, pelo desrespeito aos direitos trabalhistas, pelas situações de assédio moral e sexual, etc.

O delegados sindicais representam o Sindsef-SP no local de trabalho e serão os primeiros a fazer o combate aos desmandos existentes, a ajudar na construção das pautas e a organizar as demandas dos servidores. Seu principal papel é trabalhar a organização de base para que o processo de resistência e luta seja fortalecido e os servidores possam decidir sobre os rumos a serem seguidos.



Foto: Fábio Corrêa

REFLEXOS DAS ALTERAÇÕES ESTATUTÁRIAS

Na Assembleia Estatutária do Sindsef-SP, realizada em novembro/2011, foram aprovadas importantes mudanças no estatuto da entidade, criando mecanismos para garantir maior controle da base sobre as decisões.

A renovação da diretoria ficou garantida no estatuto. Os diretores poderão cumprir, no máximo, dois mandatos consecutivos frente ao Sindsef-SP. Foi aprovada a revogabilidade do mandato do Diretor que deixar de cumprir o Estatuto de forma parcial ou global.

A realização dos congressos passa a ser anual, garantindo que as decisões mais estratégicas do sindicato passem pela base. Foi aprovado o fim dos delegados natos. Todos os

servidores passam a votar nas assembleias do sindicato, independentemente de serem, ou não, filiados.

Quando for necessária a liberação de um diretor para dedicar-se exclusivamente aos trabalhos do sindicato, o período não poderá exceder 6 meses, assim, estará sempre sujeito à mesma realidade e dificuldades vividas pela categoria no seu dia-a-dia.

A diretoria aumentou de 19 para 27 diretores, com 4 suplentes, reforçando importantes secretarias como a de Imprensa e Comunicação (que foram desmembradas), Assuntos Jurídicos, Aposentados e Pensionistas, Sócio-Cultural, Político-Sindical e criando as Secretarias de Combate às Opressões.

COMBATE ÀS OPRESSÕES

A partir do entendimento de que não é possível acabar com a exploração dos trabalhadores sem que haja o combate direto e cotidiano ao machismo, ao racismo, à homofobia, à xenofobia e todas as formas de opressão, o Sindsef-SP tem sido vanguarda nestas lutas.

O sindicato tem realizado inúmeras atividades sobre o tema. Em julho/2011, aconteceu o 1º Encontro Sobre a Mulher Negra. Em novembro/2011, durante a Plenária Estadual foi realizada uma importante mesa sobre o Dia Nacional da Consciência Negra. O sindicato também tem participado das atividades do Dia Internacional das Mulheres e do Dia de Luta Contra a Violência à Mulher. Durante a semana, de 14 a 18 do mês de março/2011, realizou assembleias nos locais de trabalho com apresentações teatrais sobre o tema. O sindicato participou, ainda, das



Foto: Fábio Corrêa

duas últimas grandes Marchas Contra a Homofobia em Brasília.

Um passo muito importante foi a aprovação da criação das secretarias de luta contra as opressões. A secretaria especial deve começar a valer, assim como as demais alterações aprovadas, a partir da próxima eleição, prevista para dezembro do corrente ano. Com isto a luta contra as opressões ganhará ainda mais força no sindicato.

ASSEMBLEIAS ELEGEM DELEGADOS



Foto: Lara Tappey

O sindicato realizou inúmeras assembleias nos locais de trabalho para que os trabalhadores pudessem indicar seus representantes para o Congresso. Foram eleitos delegados da ex-LBA, de várias gerências do MTE, FUNASA, FUNDACENTRO, IBAMA/ICMBio, DNIT, IPEN, INCRA, DNPM, SPU, Aeronáutica, órgãos da Cultura, entre outros.

ASSEMBLEIA ELEITORAL

No dia 21 de Outubro de 2012, às 10:30h, no mesmo local do congresso, acontece a ASSEMBLEIA GERAL ESTADUAL DO SINDSEF-SP, para deliberar sobre os procedimentos do processo eleitoral e a eleição da comissão eleitoral, bem como demais propostas e encaminhamentos. O Sindsef-SP disponibilizará transporte para a assembleia. Reserve sua vaga pelo telefone (11) 5085-1157.

Horário de saída: às 7 horas

Local de concentração: Sede do Sindicato

EXPECTATIVAS DOS SERVIDORES COM O CONGRESSO

“Eu acho que houve avanços importantes e espero que a gente consiga manter e continuar discutindo esse processo de uma maior renovação dos diretores do sindicato. Outra questão importante foi a parte de democratização na eleição dos delegados. Os diretores não serem mais membros natos nos congressos o que é uma oportunidade a mais da própria base eleger seus delegados e, assim, interferir nas alterações que a gente quer no mandato da direção do SINDSEF-SP.” (Cristina Sato - INCRA)

“O sindicato esteve presente nas mobilizações dando seu apoio. É coerente com a alternância de poder, não permitindo que pessoas fiquem na direção por muito tempo. É importante dar chance aos novos. Espero que o congresso traga para discussão novas estratégias para fortalecer a próxima campanha, além de meios para pressionar o governo sobre o direito de greve e, principalmente, propostas para fortalecer ainda mais a categoria.” (Ismael - MTE Oeste)

“Nós estamos em um momento muito difícil da política nacional, um momento muito centralizador e autoritário. O sindicato tem sido um contraponto bastante importante para os servidores. É uma saída que os servidores não encontram em outros espaços. O governo federal tem radicalizado muito na pressão contra nós. O sindicato ainda é uma alternativa em que a gente pode se apegar para tentar se defender dessas questões. Eu acho que ainda dependemos muito da boa vontade dos servidores em geral, mas o sindicato realmente tem mostrado que está do nosso lado, tem lutado e feito o que é possível dentro desta situação.” (Vinicius Garcia Mathei - IBAMA)

“Espero que o Congresso seja um espaço amplo de discussão, respeitando sempre o interesse da base, que é o que mais importa neste processo de luta.” (Sônia Rodrigues - INCRA)



IPEN

DEBATE SOBRE GQ CONTINUA

O debate sobre a Gratificação de Qualificação (GQ) para nível intermediário da carreira de Ciência e Tecnologia continua. Na proposta do governo a GQ atual seria regulamentada até o dia 30 de setembro, o que até o fechamento desta edição não aconteceu.

Os servidores de nível intermediários tem direito a receber, até 31 de dezembro, a GQ nos seguintes moldes: GQ 1 => para 360h de cursos de aperfeiçoamentos, GQ 2 => para graduação e GQ3 => graduação + 240h de curso de curso de capacitação.

Nova GQ

O acordo assinado com o governo prevê modificações na legislação para pagamento da GQ. A partir de 2013, com a aprovação do PL 4369/2012, o servidor de nível intermediário deverá preencher 180 horas para obter a GQ1; 250 horas para a GQ2 e 360 horas OU graduação OU pós-graduação para a GQ3.

Porém, o texto atual diz que será necessário um regulamento específico para a concessão da mudança. Visando resguardar a categoria, o Fórum de C&T exigirá do governo que a nova Legislação da GQ seja "autoaplicável", ou seja, que não dependa de regulamento para ser aplicada.

Os participantes do Fórum apontaram algumas modificações necessárias no texto do PL 4369 como a inserção da palavra "ou" na descrição dos critérios para o recebimento da GQ 1, 2 e 3, de modo a não exigir que o servidor de nível intermediário e auxiliar tenham curso superior.

Greve

Os servidores do Ipen tiveram o ponto cortado devido a adesão à greve nacional dos SPFs. Segundo informes do diretor da Sindsef-SP, Hidetoshi Takiishi, parte do valor descontado já foi devolvido aos trabalhadores. O restante deverá ser pago em folha suplementar até o dia 15 de outubro.

Quanto a compensação, foi aprovado em assembleia a compensação de 25% dos dias parados.

O teto caiu

Uma placa de acrílico, com aproximadamente 1,5m de comprimento, despencou do teto e por pouco não causou um grave acidente no restaurante do IPEN. O incidente aconteceu no dia 19 de setembro, bem na hora do almoço.

A placa caiu ao lado da mesa onde estava a servidora e diretora suplente do Sindsef, Wânia Mara. Segundo ela, estilhaços chegaram a atingir a perna de um rapaz. A má conservação do Instituto vem sendo constantemente denunciada pela Assipen e pelo Sindsef-SP.

Infelizmente as infiltrações, os buracos, o desgaste da estrutura não são exclusividade do restaurante.



Teto do restaurante do IPEN está em péssimas condições.

Foto: Lara Tapety

IBAMA / ICMBio

PONTO ELETRÔNICO

O controle da jornada dos servidores do IBAMA através do ponto eletrônico já é uma realidade desde agosto. No entanto, várias contradições surgiram desde sua implementação. Para buscar solucioná-las o Sindsef-SP protocolou um requerimento administrativo pedindo a suspensão do uso do equipamento.

O documento, também, levanta dúvidas sobre a eficiência de um controle de ponto eletrônico para servidores que realizam tarefas de natureza externa, ou seja, estão quase sempre em diligências executando trabalhos fora dos locais onde estão lotados.

Entre os questionamentos está a falta de treinamento para a utilização do equipamento. Sem

orientação os servidores têm dificuldades no manuseio da máquina, deixando o controle da jornada bastante prejudicado. Além disso, o aparelho apresentou defeito e não registrou, em alguns dias, a entrada e saída dos trabalhadores podendo gerar prejuízos aos mesmos.

Mas as críticas a este tipo de controle vão além, a medida contrasta com a falta de iniciativa do governo em resolver os problemas das condições de trabalho no serviço público. Ao contrário, gasta dinheiro público adquirindo máquinas de ponto eletrônico, sem qualquer preocupação com a suposta falta de recursos para contemplar as reivindicações do funcionalismo.

Precarização

APA CIP (Área de Proteção Ambiental Cananéia-Iguape-Peruibe) é uma unidade de conservação que visa compatibilizar as atividades humanas com o uso sustentável do ambiente. Desde 2000 a região integra a lista mundial de Sítios do Patrimônio Natural da Humanidade.

No entanto, a diretoria do Sindsef-SP esteve no local e constatou que não existe, há mais de dois anos, mão de obra para limpar o espaço (banheiros, salas e área comum) onde os servidores desempenham seu trabalho. Além disso, o mato tomou conta da unidade e as cobras constantemente invadem o ambiente dos trabalhadores.

INCRA

DIA DE MOBILIZAÇÃO MARCA O FIM DA GREVE

No dia 24 de setembro aconteceu o Ato de Mobilização Nacional no INCRA. O objetivo foi marcar a volta ao trabalho após mais de 2 meses de greve. Em todo o país os servidores se vestiram de preto para protestar contra o desmonte do Instituto e denunciar o descaso com as demandas da categoria.

Os servidores do INCRA encerraram a greve nacional e voltaram ao trabalho no dia 17 de setembro. Mas a volta ao trabalho não significa o fim da luta.

Para manter acesa a chama da mobilização os servidores do INCRA/SP realizam encontros semanais, sempre as sextas-feiras. Além disso, retornam às suas atividades mantendo uso dos coletes e adesivos de greve.

Para o servidor Felipe Atoline, a proposta do governo foi rejeitada conscientemente, sem falsas expectativas. Segundo ele, este foi um movimento vitorioso e com alto índice de adesão. "Foi o movimento mais forte da história do Incra na gestão do PT", avaliou.



Servidores do INCRA reunidos em frente ao órgão no dia de mobilização nacional.

Foto: Fábio Corrêa

Plenária setorial

O fim da greve foi aprovado na plenária setorial realizada em Brasília. Os servidores também decidiram manter o comando de mobilização, a unidade entre os trabalhadores do Incra e MDA e a promoção de ações conjuntas em defesa das demandas urgentes dos servidores federais. A plenária também reafirmou a comissão de negociação com representantes da Condsef, Cnasi, Asinagro e Asemda.

Esta mesma comissão vai procurar o Ministério do Planejamento para reinstalar o processo de negociações da pauta de reivindicações e discutir a devolução de salários cortados.

Os servidores seguem em busca do atendimento emergencial de suas reivindicações e esperam que a retomada das negociações traga soluções para impasses que não foram superados nas negociações até o dia 31 de agosto.

MTE

AGÊNCIAS FECHAM POR FALTA DE SERVIDOR



Liliane Silva fala durante o Ato do Dia da Mentira, realizado em 2011.

Foto: Fábio Corrêa

O esvaziamento do Ministério do Trabalho e Emprego compromete o desempenho do órgão e prejudica diretamente a população. A falta de servidor tem resultado no fechamento de algumas agências no interior, como em Indaiatuba, Serra Negra e Presidente Venceslau.

A evasão ocorre por vários motivos, o principal é a falta de um plano de carreira específico. "Sem plano de carreira os novos servidores não têm interesse em continuar no órgão", comenta a diretora do Sindsef-SP, Liliane Silva.

Soma-se a isso o baixo salário, que leva os novos concursados a saírem em busca de melhor remuneração, o número significativo de aposentadorias, e a falta de autorização para reposição dos cargos vagos.

Com o fechamento das agências, quem precisa dos serviços prestados pelo Ministério tem que se deslocar para outros municípios. E ainda poderá encontrar um atendimento debilitado devido à falta de servidor para dar conta das demandas.

Ante a notícia da reabertura da Agência Regional do Trabalho e Emprego no município de Presidente Venceslau-SP, usando mão de obra da prefeitura, os servidores da carreira administrativa da Gerência Regional do Trabalho e Emprego em Presidente Prudente, apresentaram um manifesto discordando da reativação sem que haja servidores públicos federais efetivos, do cargo agente administrativo para realizar o atendimento adequado e específico à população.

Vale salientar que há um concurso em validade até março de 2013, logo, há candidatos aprovados à espera de nomeação, o que evidencia o desinteresse do Governo Federal em fortalecer o Ministério do Trabalho e Emprego.

A política aplicada pela administração tende a esvaziar e desmantelar o órgão, prejudicando a qualidade e eficiência do serviço prestado à população.



DIREITO DE GREVE E ACORDO COLETIVO ESPECIAL ESTARÃO NA PAUTA DO 17º CONGRESSO

A histórica greve dos Servidores Públicos Federais paralisou diversos setores do funcionalismo e abalou as estruturas do governo Dilma. Depois de mais de quatro meses de negociações, sem nenhuma contraproposta, os servidores foram induzidos pelo próprio governo a deflagrar a greve.

Como retaliação, a presidente está querendo aprovar uma lei complementar que regulamente o exercício da greve no setor público e limite o seu livre exercício. Embora não apoie declaradamente, o governo de Dilma-PT está de olho na votação do PLS (Projeto de Lei do Senado Federal) 710/2011, do senador tucano Aloysio Nunes (PSDB-SP) na Comissão de Constituição e Justiça do Senado. Esse projeto, se aprovado, praticamente, eliminará o direito de greve no serviço público e pode muito bem calhar ao interesse do governo petista.

O texto do projeto prevê mudanças que atrelam os sindicatos ao governo, retirando dos trabalhadores sua autonomia e o seu direito de organização.

Para o servidor do IBGE e membro da diretoria executiva da CSP-Conlutas, Paulo Barreira, o objetivo de aprovar leis que limitam o direito de greve dos SPFs é aplicar com mãos de ferro – sem direito à resistência – uma política de sucateamento dos serviços públicos e do trabalho dos servidores públicos no país.



Entre os absurdos contidos no PLS, está a obrigatoriedade do indicativo de greve aprovado em assembleias das categorias ser primeiro informado ao governo para que este, num prazo de 30 dias, apresente proposta conciliatória ou negue as reivindicações dos trabalhadores. Só após esse trâmite burocrático é que poderá ser deflagrada a greve.

O projeto ainda define os índices de adesão ao movimento: Nos serviços essenciais a participação fica limitada a no máximo 20% dos servidores. Nos demais, será preciso manter pelo menos 50% dos serviços em funcionamento, tornando o movimento totalmente inexpressivo.

Ou seja, ao invés de discutir as demandas da categoria, como data-base e o cumprimento da Constituição no que diz respeito à revisão anual dos salários, o governo quer impor regras para bloquear a luta dos servidores.

ACORDO COLETIVO ESPECIAL

E os ataques se estendem à iniciativa privada. O Sindicato dos Metalúrgicos do ABC e a CUT elaboraram um projeto, que se for aprovado permitirá acordos que prejudiquem os trabalhadores, como redução de salários, aumento da jornada de trabalho e fragmentação das férias.

Pois é exatamente o que está por trás do projeto Acordo Coletivo de Trabalho com Propósito Específico (também conhecido como Acordo Coletivo Especial - ACE) entregue pelo Sindicato dos Metalúrgicos do ABC e pela CUT ao governo.

Se aprovado, o ACE vai permitir que o “acordado sobreponha o legislado”, abrindo as porteiças para a retirada de direitos históricos da classe trabalhadora. Embora as limitações da atual legislação trabalhista, regida pela CLT - Consolidação das Leis do Trabalho, as conquistas previstas em lei estão asseguradas e não é permitida a retirada de direitos através de acordos coletivos de trabalho firmado entre patrões e empregados. O ACE vai alterar essa realidade para pior.

A argumentação usada pela Central Única dos Trabalhadores é que a legislação trabalhista brasileira é arcaica e precisa ser “modernizada”. Porém, as últimas experiências de negociações da CUT com patrões e governo é uma amostra do que vem por aí...

A flexibilização dos direitos trabalhistas só traz benefícios para os empregadores. Vale lembrar que, as empresas já recebem grandes benefícios fiscais e empréstimos com juros subsidiados. A redução dos direitos trabalhistas é só mais uma manobra para beneficiar as empresas.

Os desafios que se anunciam para o próximo período, portanto, são grandes. Os delegados do 17º Congresso do Sindsef-SP irão debater estes e outros temas. É preciso apostar na unidade e organização da classe trabalhadora para resistir aos ataques que estão por vir.

**FORTALEÇA SUA ORGANIZAÇÃO SINDICAL!
VENHA FAZER PARTE DO SINDSEF-SP!**

**Participe e incentive seus colegas
a se filiarem ao Sindsef-SP**

O Sindsef-SP retoma a campanha de filiação para fortalecer a atuação do sindicato. Você que ainda não é filiado, venha nos ajudar na defesa de seus interesses.

O Sindsef-SP luta contra o sucateamento do serviço público, a retirada de direitos, o assédio moral, etc. Além disso, tem colocado em prática uma série de projetos que visam renovar a atuação do sindicato. A estrutura melhorou, a área de comunicação foi ampliada, o departamento jurídico foi reforçado. É de suma importância estreitar as relações entre filiados e diretoria, melhorar os canais de comunicação e informação e, sobretudo, ampliar e fortalecer a participação da base.

Por esta razão, é prioridade desta diretoria chegar ao maior número de servidores possíveis, impulsionando a campanha de filiação da entidade. Desta forma, se constrói um sindicato mais próximo e atuante junto a um número cada vez maior de servidores.

Venha fazer parte do Sindsef-SP!



SINDSEF-SP
CSP
Conlutas